

# Dermeval Saviani e a necessária pedagogia de superação – uma perspectiva a partir do novo ensino médio

Samara Morais\*

## Introdução

O Professor Doutor Dermeval Saviani trouxe grandes contribuições para a educação brasileira. Seminarista até a década de 1970, filho de operários e participante da Juventude Católica Operária, em sua fase adulta, formou-se em filosofia e lecionou para o curso superior de educação.

As obras de Saviani contribuíram para a compreensão dialética de uma pedagogia para além da formação neoliberal. Seu trabalho foi capital e/ou principalmente na organização e na produção de ferramentas para a instrumentalização de novos atores sociais, com mais de cinquenta anos dedicados à defesa de uma educação que provoque a catarse e, conseqüentemente, a superação de diversas problemáticas sociais.

No livro *Escola e Democracia*, o autor organiza sua escrita partindo da lógica da materialidade da educação brasileira jesuítica e do movimento Escola Nova. Segundo Saviani (2007), os avanços da educação precisam ser compreendidos como um movimento hegemônico, de cunho liberal, que visava organizar a comunidade escolar dentro de uma espécie de “ordem democrática” que teria como orientação principal o apascentamento da classe trabalhadora, tendo em vista que os debates se apresentam de modo raso e nada revolucionário. Ao analisar esses embates, Saviani (2005, p. 89) observa que:

[...] em 1934, com as discussões em torno da Constituição, polarizam-se as posições no âmbito da educação entre os liberais, representados pelos escolanovistas, e os católicos, que defendiam a posição tradicional em educação. Por ocasião da primeira LDB, essa polêmica foi retomada, no final da década de 1950, assumindo novos contornos quando da discussão e votação da Constituição de 1988.

---

\* Pedagoga pela Universidade Federal Fluminense; Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em Empregabilidade da Juventude, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Especialista em Gestão Escolar. Mestranda da Faculdade de Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, e Pesquisadora do Grupo Lute – Lutas Sociais, Trabalho e Educação.  
E-mail: pedagogasamaramorais@gmail.com

O segundo ponto a ser analisado, a partir das obras e da entrevista descrita<sup>1</sup>, está relacionado à intencionalidade de transmutação social presente na educação crítica. É possível observar um direcionamento pedagógico para o trabalho crítico nas obras do autor, com destaque para os caminhos que os educadores devem percorrer e quais instrumentos precisam ser apropriados para esse fim (SAVIANI, 2007, p. 411-422). Além disso, há uma ênfase dos processos de aprendizagem contra-hegemônicos que incentivam aprendizagens que reverberem na catarse e fundamentalmente na superação das questões sociais.

Para Gramsci, a catarse apresenta um novo significado ao termo aristotélico, deixando de estar relacionado ao “efeito da tragédia” para descrever o processo humano da práxis política (LINGUOR; VOZA, 2017). Conforme podemos ver a seguir:

Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico passional) ao momento ético político, isto é, à elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens (GRAMSCI, 1999 p. 314).

O movimento catártico, esmiuçado por Saviani (2007), é fundamental para a dialética. O processo catártico a partir da realidade social contribui para uma compreensão ampliada e transicional, partindo do campo da subjetividade para o campo da objetividade. Nesse contexto, o homem ontológico compreende a necessidade que possui e se organiza para dar fim à condição de “passividade social”, rompendo, assim, com uma lógica hegemônica socialmente naturalizada.

Sendo assim, para Saviani (2007), pensar em educação é pensar em ferramentas e abordagens que possam garantir o suporte necessário para a compreensão do contexto em que se está inserido, partindo de uma análise conjectural ampliada, possibilitando ao sujeito/aluno a reflexão sobre toda a historicidade política, social e econômica da sua existência. Conforme podemos ver abaixo:

Obviamente, o contexto aí é o da passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade, portanto, a passagem do socialismo ao comunismo que significa o advento da sociedade sem classes. Consequentemente, o Estado que fora utilizado pelo proletariado como instrumento de transição para a sociedade sem

---

<sup>1</sup> Conferência de Abertura: Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora.

classes, ao ser essa consolidada, perde a razão de ser e desaparece (SAVIANI, 2007, p. 5).

Instrumentalizado a partir das leituras gramscianas e marxistas, Saviani traz a concepção revolucionária de colocar esse professor<sup>2</sup> no centro do processo, tomando para si o papel teleológico de transmitir a história do mundo e de participar na construção dos agentes responsáveis pelo Estado de transição.

## Incursões liberais sobre a escola pública

Desde a década de 1990, é observada a movimentação político-financeira de investidores na educação pública brasileira. Partindo de projeções sobre lucros/investimentos nos países latinos, as privatizações dos anos 2000 não foram superadas, a reorganização do Estado Burguês utilizou somente uma nova roupagem. Essa estratégia de reorganização permitiu o surgimento dos oligopólios<sup>3</sup> e o acesso destes aos fundos destinados à educação e aos direcionamentos da educação do país. Influenciando nos projetos e diretamente nas políticas públicas, sendo essa atuação chancelada pelo Estado e por seus representantes (SEIKI, 2021).

A materialidade do crescimento de instituições de administração privadas<sup>4</sup> do ramo educacional e da ampliação da influência dessas, nos diversos nichos de mercado<sup>5</sup>, corroboram com a manutenção da organização política e cultural brasileira. No caso do “novo ensino médio”, Frigotto destaca que:

[...] é parte constitutiva da manutenção e aprofundamento do apartheid social e consolida as contra reformas que rasgam a Constituição de 1988 mediante a política de liquidação do patrimônio comum dos brasileiros; o desmonte da esfera pública e de uma a uma das políticas sociais e de inclusão para diminuição da desigualdade social, da fome e da pobreza; e o aniquilamento da pesquisa científica no curto prazo pelo corte absurdo do financiamento e, em longo prazo, pelo desmonte da educação básica e universidades públicas (FRIGOTTO, 2021, p. 1).

---

<sup>2</sup> Sujeito, trabalhador, histórico.

<sup>3</sup> Os oligopólios aqui mencionados estão relacionados às empresas do ramo educacional. Banqueiros e Rentistas diversos que investem nas empresas de educação na bolsa, partindo, principalmente, das projeções que apresentam sobre a educação brasileira.

<sup>4</sup> Instituições de administração privada contemplam as com fins lucrativos e as que possuem a condição de não lucrativa em seus contratos sociais ou atas de fundação.

<sup>5</sup> Na graduação e pós-graduação das instituições de administração privada; na formação docente, disponibilizada por empresas e consultorias diversas; E, como observamos na empiria desse ensaio, na Educação Básica.

Com a Nova Base Nacional Comum Curricular<sup>6</sup> para o Ensino Médio (BNCC-EM), o currículo contará com 1800 horas para as disciplinas propedêuticas e 1200 horas destinadas aos itinerários formativos. Com esta alteração, amplia-se a oferta de disciplinas voltadas para os eixos de interesse e de disciplinas voltadas para a melhor aderência ao mercado de trabalho, diferentemente das 2400 horas previstas para os três anos do currículo regular anterior. A BNCC-EM indica que:

[...] decisões pedagógicas estratégicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências [...] conhecimentos, habilidades, atitudes e valores [...] considerando assim a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e da qualificação para atuar com perspicácia no mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 8).

No território Catarinense<sup>7</sup>, o Novo Ensino Médio – NEM materializa as Dimensões da Disciplina Projeto de Vida em três eixos: o primeiro relacionado à dimensão pessoal, “autoestima”, “subjetividade”, “identidade” e “interesses pessoais”; no segundo eixo é abordada a “dimensão cidadã”, “coletividade”, “responsabilidade socioambiental” e “participação comunitária”; já no último eixo, observamos o destaque para a dimensão profissional que se organiza em desenvolver “habilidades técnicas” e comportamentais, além da orientação sobre a “escolha profissional”, reflexão acerca das “experiências” e “oportunidades” dos adolescentes, jovens e adultos (CEE – 2020, p. 58).

Muitas são as contradições presentes no NEM. Além das apresentadas anteriormente, temos, segundo (LEHER, 2017):

[...] “Um retrocesso da formação integrada”; “Um retorno das políticas escolares pré-constituição de 1988”; “Uma profissionalização simplória e precoce”; “Uma suposta igualdade de recursos formativos completamente diferentes”; “Aumento do exército de reserva”; “Compartilhamento de um mundo hostil à mudança social”; “Semelhanças com o projeto da ditadura empresarial-militar brasileira, MP n. 746/2016”.

---

<sup>6</sup> Surgida a partir da MP 746/2016.

<sup>7</sup> Caderno 1 do Conselho Estadual de Educação.

Tal situação foi explicitada pelo autor (LEHER, 2017) como uma formação profissional precoce e descaracterizada do campo das ideias sociais. Como uma “Educação Moral e Cívica<sup>8</sup> ressignificadas”.

Para Saviani, a educação da classe trabalhadora precisa ser pautada em uma outra concepção, uma concepção relacionada à formação humana e integral desse sujeito, conforme podemos observar abaixo:

Nesse processo, as necessidades humanas ampliam-se, ultrapassando o nível das necessidades de sobrevivência e surgindo necessidades propriamente sociais. Ocorre que não há outra maneira de o indivíduo humano se formar e se desenvolver como ser genérico senão pela dialética entre a apropriação da atividade humana objetivada no mundo da cultura (aqui entendida como tudo aquilo que o ser humano produz em termos materiais e não materiais) e a objetivação da individualidade por meio da atividade vital, isto é, do trabalho (SAVIANI, 2010c, p. 426).

Além das fragilidades que surgem a partir da influência do empresariado nacional sobre o currículo flexível e seus nichos de financeirização da educação, observamos, também, a relação do Estado com as constantes investidas sobre a carreira docente. Com a flexibilização das novas contratações, surgem novos atores no espaço social escolar, os profissionais de “notório saber<sup>9</sup>”, isto é: qualquer trabalhador que tenha atuado na educação, seja ela social, complementar, socioeducativa e/ou que tenha experiências laborativas práticas nas novas disciplinas, também poderá atuar no espaço escolar na condição de professor. Isto é: padres, pastores, analistas de recursos humanos, administradores, engenheiros, quando tiverem experiência e conhecimento sobre a disciplina itinerante, poderão atuar ministrando aulas na escola de administração pública.

Nesse processo dialético, o projeto educacional de formação previsto no NEM representa uma reforma da Escola de Administração Pública para atender aos interesses do bloco histórico<sup>10</sup> atual, que podemos brevemente materializar como os membros dirigentes de igrejas e fundações, latifundiários, agroindustriais, comerciais

---

<sup>8</sup> A disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) foi obrigatória na política curricular brasileira durante o período da Ditadura civil-militar, a partir do Decreto-Lei n. 869 (BRASIL, 1969), a EMC foi responsável por disseminar valores ideológicos liberais que tinham como propósito a coesão com o pensamento da elite do período.

<sup>9</sup> A Lei 13.415/2017.

<sup>10</sup> Expressado no Dicionário Gramsciano de Guido Lingori & Pasquele Voza (2017).

internacionais, militares e suas heterogêneas gamas de interesses financeiros e políticos (BOURSCHEID, 2006).

O NEM é, portanto, reconhecido nesse processo histórico como um avanço neoliberal de múltiplas e estratégicas frentes. Foram resumidas, neste ensaio, as estratégias de esvaziamento crítico do currículo; os ataques sobre a carreira docente e principalmente sobre a organização política e social nacional, cujo projeto deixa claro o fortalecimento e a preconização do pensamento burguês.

## Modus operandi

No materialismo sistematizado por Marx, percorrido por Gramsci e pedagogicamente documentado por Saviani, a superestrutura ideológica é compreendida como a organização dos blocos históricos dominantes para além da relação econômica. Seus objetivos sobrepujaram o lucro, a política e a cultura.

[...] não foi outro o comportamento do próprio Marx que, em 1848, ao se engajar na luta política dos trabalhadores na Alemanha não se negou a participar do Movimento Democrático sob a condição, porém, de deixar sempre explícita a diferença entre a perspectiva proletária e aquela dos burgueses e pequeno burgueses progressistas (SAVIANI, 2007, p. 8).

A práxis do sistema capitalista age a partir da construção de teorias que se organizam para a manutenção da relação antagônica das classes. Para Saviani (2007), esse conjunto de teorias, quando intencionalmente organizadas, apresentam um perverso viés ideológico, pois tais concepções, quando estruturadas em “rituais”, passam a possuir “existência material”.

Nesse movimento de materialidade da superestrutura, configuramos a escola como um potente “braço” do Estado burguês que, atuando em consonância, passa a compartilhar práticas que privilegiam a classe dominante. A isso conceitua-se Aparelho Ideológico Escolar (SAVIANI, 2007, p. 24-26).

Diante desse processo de incursão na formação escolar da classe trabalhadora, o bloco histórico compromete-se diretamente com o nível de organização, pois o sujeito, quando esvaziado da compreensão de sua historicidade, naturaliza as contradições do sistema capitalista, permitindo, assim, um processo de reorganização ainda mais sistêmico. Conforme podemos ver a seguir:

Contribui para a formação da força de trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa. Cumpre assinalar, porém, que não se trata de duas funções separadas. Pelo mecanismo das práticas escolares, a formação da força de trabalho se dá no próprio processo de inculcação ideológica. Mais do que isso: todas as práticas escolares, ainda que contenham elementos que implicam um saber objetivo (e não poderia deixar de conter, já que sem isso a escola não contribuiria para a reprodução das relações de produção). São práticas de inculcação ideológica. A escola é, pois, um aparelho ideológico, isto é, o aspecto ideológico é dominante e comanda o funcionamento do aparelho escolar em seu conjunto. Conseqüentemente, a função precípua da escola é a inculcação da ideologia burguesa. Isto é feito de duas formas concomitantes: em primeiro lugar, a inculcação explícita da ideologia burguesa; em segundo lugar, o recalco, a sujeição e o disfarce da ideologia proletária (SAVIANI, 1999, p. 37).

A partir das contradições<sup>11</sup> que o próprio capitalismo possui, os seus intelectuais constroem propostas diversas a fim de se perpetuarem na relação de trabalho e de valor, em uma condição favorável à manutenção dos privilégios da classe dominante. Justamente por isso, as movimentações passam a ocorrer a partir das necessidades do empresariado e não da população em geral. Para a classe trabalhadora, a responsabilização recai ainda mais intensificada nos períodos de crise, sendo esses privilegiados momentos para o surgimento de conceitos que justificam a “plataformização”, a “uberização” (ANTUNES, 2020) e o acúmulo de funções e ausências de seguridades.

Diante do exposto, e concordando com o que destaca Hoeveler (2019), ao invés de um projeto que supere o abismo de uma sociedade dividida em classes, as políticas de Estado intensificam as fragilidades das relações de trabalho e a exploração do trabalhador.

A assessoria do Banco Mundial aponta em seu relatório três recomendações políticas para a educação brasileira: 1) Avaliar os alunos a partir de uma escala homogênea nacional<sup>12</sup>, estimulando a competitividade e as “escolhas políticas nacionais”; 2) Intensificar a superexploração do trabalho docente através da abertura da escola para a contratação de novos profissionais para o magistério. “Adaptando um treinamento de professores e reforçando a qualidade por mentores” (p. 1); 3) Mobilizar a sociedade para uma “reforma política educacional”, garantindo para essa parceria a

---

<sup>11</sup> O conceito de contradição aqui expressado se organiza a partir da compreensão Marxista que os proprietários dos meios de produção se instrumentalizam ad aeternum para a extração de mais valor (não pago), mesmo que isso determine a miséria e conseqüentemente a “queda tendencial de lucro”.

<sup>12</sup> Neste caso, podemos apresentar o SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, cuja avaliação é feita somente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

possibilidade de atuação em todas as etapas e execução dos projetos (BANCO MUNDIAL, 2017).

A participação do empresariado nas decisões das políticas curriculares brasileiras por si só deveria fragilizar o processo e a execução do NEM. Entretanto, esse movimento não só ocorre como ainda se organiza para que o empresariado também execute, avalie e intermedie/fabrique materiais didáticos e recursos tecnológicos. O protagonismo publicitado é, na verdade, um produto rentável e altamente político que define, em seus coletivos de poder e operação, quais disciplinas serão oferecidas para os jovens nesse novo currículo itinerante.

O processo de formação não se dá na aniquilação do processo de aprendizagem, pois o trabalhador é parte fundamental da economia e precisa estar instrumentalizado para o desenvolvimento das suas funções laborativas, mas é no processo de formação desse ser ontológico que o Estado expõe a sua estratégia de perpetuação das condições exploratórias. A prática do Estado, nesse cenário, se daria profundamente na condição de alienação, de esvaziamento e principalmente de dominação (MARX, 1987).

Com uma modificação significativa nos currículos, observamos os desdobramentos do sistema que visa responsabilizar a escola, a equipe pedagógica e o indivíduo acerca da empregabilidade e da sua não empregabilidade futura, sendo esta (con)formação a expressão da pedagogia do capital. Diferentemente da formação unitária proposta pelo autor. Conforme podemos ver em Saviani (1989, p. 1-2), a seguir:

[...] Num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina o grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Em um segundo, o trabalho é princípio educativo na medida que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher, em vista da participação direta dos membros da sociedade, no trabalho socialmente produtivo. Finalmente, o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, na medida que determina a educação como modalidade específica e diferenciada de trabalho, trabalho pedagógico. Inspirado nas reflexões de Gramsci do trabalho como princípio educativo da escola unitária, procurei delinear em diferentes oportunidades uma proposta de escola unitária de formação geral [...].

No escopo material/bibliográfico deste ensaio, o cenário do empresariamento da educação no Novo Ensino Médio atua como um plano de ação com propostas claras de extração de valor. Não se tratando somente da venda de computadores, livros e apostilas, nem mesmo da oferta dos cursos de pós-graduação e graduação. Esse movimento tampouco se encerra na formação docente, nas paradas pedagógicas, nas

palestras e *workshops*. Com o NEM, o Estado responde à miséria atual da classe trabalhadora, ampliando o processo de mercadorização da educação na educação pública, isto é, transferindo conscientemente ainda mais recursos públicos para as instituições/empresas de administração privada, fragilizando o currículo e ainda mais o futuro presente dos trabalhadores.

A intrínseca relação do Estado Brasileiro com o capital internacional não apresenta nenhuma relação ganha-ganha<sup>13</sup>, pois, além da formação simplória profissional disponibilizada para os adolescentes, jovens e adultos, e da constante fragilidade imposta para o magistério, o Novo Ensino Médio também encaminha para o país um cenário de endividamento<sup>14</sup> internacional sem precedentes.

## Saviani e prática social final

Saviani não apresenta como materialidade de pesquisa um currículo escolar para a práxis da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), mas parte da compreensão de que as disciplinas não podem ser tratadas de forma isolada ou descontextualizadas. As propostas pedagógicas precisam ser organizadas de modo a instrumentalizar o aluno para a compreensão do todo, introduzindo como orientação uma concepção analítica do mundo, isto é: não reprodutivista.

Para o autor da PHC, o docente escolar precisa se organizar para uma abordagem pedagógica cujo fim é a superação, porque aqui o papel é o de intermediário ativo e participativo no sentido dialético, ou seja, como um processo que precisa ser compreendido para ser historicamente superado, conforme já citado.

Se no Ensino Fundamental a relação é implícita e indireta, no Ensino Médio deverá ser tratada de maneira explícita e direta, relacionando as disciplinas e orientações para uma (con)formação para o trabalho. Segundo Saviani (2021, 1:11:38), “[...] Se a principal substância de valor é o trabalho e esse trabalho demanda tempo de vida da classe trabalhadora”, é fundamental que a classe trabalhadora compreenda os “desdobramentos” históricos da sua categoria.

---

<sup>13</sup> Provérbio agudo que costuma ser utilizado no meio empresarial para conceituar uma negociação boa para os dois lados.

<sup>14</sup> Segundo a página oficial do Senado brasileiro, cuja atividade legislativa prevista para o “Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio, Mensagem nº 19, de 2018 (BRASIL, MSF nº 19, 2018).”, tem em seu teor um acordo de **empréstimo** entre o MEC - Ministério da Educação e o BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de 250 milhões de dólares, sendo parte desses recursos destinados à “contratação de consultorias de alto nível” para o Novo Ensino Médio, tratando-se de um elaborado projeto de manutenção dos antagonismos de classe. De modo que sua organização compromete a empregabilidade, a relação de trabalho e a seguridade da classe trabalhadora.

## Sobre a PHC e as políticas curriculares, temos:

Não podemos afirmar que a pedagogia histórico-crítica concorde com currículos escolares que fragmentem o conhecimento em disciplinas estanques e isoladas, mas podemos afirmar que essa pedagogia não desconsidera a necessidade de socialização dos conhecimentos acumulados historicamente pelas várias disciplinas, na linha do que Saviani chamou de momento analítico. Tomando como referência o método dialético, em seu movimento do empírico ao abstrato e deste ao concreto, ou seja, da síntese à análise e desta à síntese (MALANCHEN, 2016, p. 31).

Imaginemos um professor de História em uma aula sobre Canudos. Para esse planejamento, ele precisará organizar a temática a partir dos saberes concretos da turma, que podem ser sobre a miséria, sobre a utopia ou até mesmo sobre a condição de moradia. O educador, ciente desse escopo, caminha para a problematização, podendo criar seções através das seguintes perguntas: por que a República e os fazendeiros se propuseram a dizimá-los? Quais ofensores sociais possuíam? Pode-se partir da vivência desse aluno para a mediação do conhecimento abstrato. Constrói-se, assim, um movimento catártico de apropriação desse conteúdo e de análise. Nesse contexto, o professor é início, pois provoca. É o meio, porque medeia essa pesquisa e essa relação com o mundo. E é o final, pois se retroalimenta desse conhecimento e desse processo de sistematização para os alunos<sup>15</sup>. Dessa forma, o professor acaba organizando e reorganizando as ferramentas e abordagens para a materialização da PHC e para a superação da divisão social do trabalho.

[...] o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir este objetivo (SAVIANI, 2005, p. 13).

A PHC tem como cerne vislumbrar a efetivação das transformações sociais, não resumindo a escola à condição de problematizadora dos processos históricos, mas, também, corresponsabilizando-a para o rompimento necessário da reprodução das condições sociais impostas pela classe dominante.

---

<sup>15</sup> Podendo expandir para a discussão sobre o surgimento das periferias, tendo em vista que os soldados de Canudos ficaram aguardando providência. Com o calote, acampam com suas famílias atrás do comando militar nacional (Rio de Janeiro), surgindo, a partir desse golpe, o Morro da Providência.

Aprofundadas acerca da realidade/necessidade de instrumentalização humana, as disciplinas regulares curriculares no NEM perdem espaço para as formações da "moda", da subempregabilidade e da subserviência, materializando a concepção de escola burguesa e antidemocrática. Essa, no que lhe concerne, é apaziguadora e perversa, pois massifica a formação humana, de modo a alimentar as necessidades do empresariado. Nessa lógica, a escola contribui para a criação de um exército de trabalhadores hábeis, competentes e baratos para o desempenho das funções mais elementares da sociedade capitalista mundial.

## Conclusão

No apanhado documental brevemente exposto aqui, dialogamos sobre a Escola, sobre o Estado burguês e a ação curricular não linear da privatização da educação nacional. Entretanto, para a catarse proposta nesse ensaio, optou-se por uma construção dialética, partindo-se do campo material apresentado. Dessa forma, apresentou-se, brevemente, a historicidade do avanço do movimento do empresariado sobre a educação brasileira; abordou-se a ótica do emparelhamento com os interesses do empresariado nacional e internacional; e especulou-se sobre as alternativas possíveis a este cenário, apresentadas por Saviani ao longo das obras pesquisadas.

Esse processo epistemológico conclui, portanto, que o Estado é responsável pela sistematização, publicização e execução de pseudossoluções das contradições do sistema capitalista. Essas estratégias são percebidas para além do campo pedagógico e para além do lucro.

O bloco histórico atual, sendo a materialidade desse Estado burguês, é o responsável pela construção do pensamento hegemônico e pela construção dos arquétipos condicionantes da manutenção desses alunos à condição de subserviência, de exploração e principalmente do conformismo com o mercado e com as relações de trabalho em um futuro próximo.

Diante desta análise, Saviani torna-se, então, um autor base para a construção de uma dialética de combate, de uma formação contra-hegemônica, voltada, principalmente, para a instrumentalização dos agentes que condicionarão esse processo de ruptura e transição. Constitui-se, portanto, uma abordagem dialética contemporânea, necessária para a prática pedagógica e, conseqüentemente, para pensar as políticas curriculares da educação da classe trabalhadora.

## Referências

- ANTUNES, Ricardo (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BANCO MUNDIAL. **O Banco Mundial adverte a respeito da “crise da aprendizagem” na educação global**. Wordbank. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2017/09/26/world-bank-warns-of-learning-crisis-in-global-education>>. Acesso em: 21 nov. 2021.
- BRASIL. Decreto-lei n. 869, de 12 de setembro de 1969. **Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências**. Brasília-DF, 1969.
- BRASIL, 2018. Conselho Nacional de Educação. Portaria nº 1.348. **Diário Oficial da União**, 17 dez. 2018, Seção 1, p. 33.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Análise O “novo ensino médio”: traição à juventude que frequenta a escola pública. **Reportagem Brasil de Fato**, 05 nov. 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/05/analise-o-novo-ensino-medio-traicao-a-juventude-que-frequenta-a-escola-publica>>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Edição Organização Brasileira, 1999.
- HOEVELER, R. C. O Conceito de Aparelho Privado de Hegemonia e seus Usos Para a Pesquisa Histórica. **Práxis e Hegemonia Popular**, v. 5, p. 145-159, 2019.
- LEHER, Roberto. **Uma Etapa Crucial da Contrarreforma**. 3. nov. 2016.
- MALANCHEN, Julia. **O Trabalho Pedagógico Nas Disciplinas Escolares: Contribuições a partir dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica**. 1. ed. eletrônica. 2016.
- MARX, Karl. **O Capital I**. Editora Nova Cultural, 1985. v.1, p. 43-78.
- MARX, Karl. **Teorias da mais-valia: História Crítica do Pensamento Econômico**. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- LINGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário Gramsciano**. Editora Boitempo 2017.
- MOTTA, Vânia; ANDRADE, Maria Carolina. Base Nacional Comum Curricular E Novo Ensino Médio: Uma Análise À Luz De Categorias De Florestan Fernandes. **Revista HISTEDBR**, Campinas, SP: v. 20, p. 1-26.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. A formação humana na perspectiva histórica-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

Pesquisas em Educação: outros diálogos com os clássicos

Dermeval Saviani e a necessária pedagogia de superação – uma perspectiva a partir do novo ensino médio

DOI: 10.23899/9786586746198.19

SAVIANI, Dermeval. **Conferência de Abertura:** Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. 23 nov. 2021. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=9ND6qIoswLA>>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.** CEE. 2020. p. 20-58.

SEKI, Alan. **Apontamentos sobre a financeirização do ensino superior no Brasil (1990-2018).** Germinal: Marxismo e Educação em Debate. 2021, p. 48-71. Disponível em:

<<https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43866>>. Acesso em: 28 nov. 2021.